

**Reconstruindo genealogias:
notas para o estudo
do parentesco guarani nos
padrones espanhóis**

■

Reconstructing Genealogies:
Notes for the Study of Guarani
Kinship in the Spanish *Padrones*

Rafael Fernandes Mendes Júnior

PERSPECTIVAS.
PERSPECTIVAS.
PERSPECTIVAS.
PERSPECTIVAS.

Notes de recherche américanistes

09.2023 / n° 5

PERSPECTIVAS.

Éditions de l'IHEAL, Directrice de la publication : Camille Goirand

DOI : <https://doi.org/10.35008/perspectivas-0005>

ISSN : 2740-6075



Rafael FERNANDES MENDES JÚNIOR

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brésil

Rafael Fernandes Mendes Júnior é doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ), Pós-doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor substituto na Faculdade de Formação de Professores (UERJ) e pesquisador associado ao Laboratório de Inovações Ameríndias (LIInA), UFRJ, e ao Centre de recherche et de documentation sur des Amériques (CREDA), Sorbonne. Desenvolve pesquisa com os Guarani nos estados do Rio de Janeiro, Pará e Tocantins desde 2004 e sobre este mesmo povo em contexto colonial desde 2018. É autor de *A terra sem mal: uma saga guarani*, publicado pela EdUERJ, em 2021.

**Reconstruindo genealogias:
notas para o estudo
do parentesco guarani nos
padrones espanhóis**



Reconstructing Genealogies:
Notes for the Study of Guarani
Kinship in the Spanish *Padrones*

Rafael Fernandes MENDES JÚNIOR

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

rafaelfmj@gmail.com

RESUMO

A história da colonização espanhola no cone sul da América esteve entrelaçada ao crescimento das missões jesuíticas em face da atração, redução e conversão de diversos grupos indígenas, dentre eles os Guaraní. Deste período até o início dos processos de independência, um volume copioso de fontes documentais foi produzido como cartas anuais, catecismos e diversos documentos contábeis, administrativos e jurídicos. O presente artigo analisa um conjunto desses documentos administrativos, os *padrones* – em particular aqueles referentes aos anos de 1715 e 1772 para a redução de Loreto – na tentativa de extrair elementos para uma análise antropológica acerca da organização social dos Guaraní missioneiros. À primeira vista, os *padrones* constituem listagens das pessoas residentes em cada redução. Apresentam, portanto, dados demográficos referentes às famílias nucleares de cada cacicado e, sobretudo, o número de tributários. O texto explora os dados sobre as relações entre sobrenomes e idades relativas das pessoas e famílias, buscando elementos para reconstruir genealogias que nos permitirão compreender determinadas dinâmicas sociais dos grupos em questão.

Pour citer ce texte :

Rafael Fernandes MENDES JÚNIOR, “Reconstruindo genealogias: notas para o estudo do parentesco guarani nos *padrones* espanhóis”, *Perspectivas. Notes de recherche américanistes*, nº 5, Aubervilliers, Éditions de l’IHEAL, septembre 2023.

PALAVRAS CHAVE:

REDUÇÕES JESUÍTICAS,
ÍNDIOS GUARANI,
PADRONES,
GENEALOGIAS,
ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

INTRODUÇÃO

Ao longo da documentação colonial – antes, durante e após a presença jesuítica – os Guarani nos oferecem numerosas possibilidades de estudos: conversão, deslocamentos, xamanismo, guerra, poligamia, canibalismo, nominação. Inúmeros documentos produzidos pelos padres da Companhia de Jesus durante o século XVII são, ainda que de forma fragmentada, testemunho dessas dimensões da socialidade guarani. As cartas ânuas estão repletas de referências às escaramuças entre xamãs-feiticeiros e padres. Não menos abundantes são as alusões ao canibalismo associado à guerra motivada por vingança. A poligamia scandalizou os padres que se empenharam em transformar aqueles “lobos” em “cordeiros” da fé cristã.¹

Entre 1640 e 1680, a ação missioneira concentrou-se no interflúvio Paraná-Uruguai [Mendes Júnior & Pissolato, 2022; Mörner, 1968; Neumann, 1996]. Nas atuais províncias de Misiones e Corrientes, na Argentina, foram mantidas, respectivamente, 11 e quatro reduções; no Paraguai, oito; e no Brasil, sete [Roca, 2019]. Percorrendo as fontes documentais, nota-se ainda que, a partir do segundo quartel do século XVIII, as referências ao canibalismo, às guerras por vingança, ao xamanismo e à poligamia tenderam a se tornar cada vez menos frequentes. Isto coincide com um período de estabilização das reduções desde o final do século anterior e com a segunda expansão missioneira para a banda oriental do rio Uruguai, entre 1682 e 1707² [Mörner, 1968; Neumann, 1996].

Dentre as fontes documentais disponíveis, há nos Manuscritos da Coleção de Angelis, conservados na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, referências às matrículas de índios nas reduções. Em uma carta ânuas de 1633, referente à redução de Santa Teresa, localizada na província do Tape, o padre Pedro Romero informava: “Os matriculados até agora passam de 800 e há ainda muita gente na comarca, de que se pode aumentar ou fundar outra ou outras reduções”.³ Há também referências aos livros de batismos e, nos inúmeros relatos dos padres em face dos ataques de bandeirantes, alusões às destruições desses mesmos pelos agressores. Em ânuas de 1637, o padre Pedro Mola, ao narrar o ataque bandeirante à redução de Jesus Maria, também no Tapé, destacava a destruição

¹/ María Elena Imolesi [2012, p. 9], por exemplo, discute a questão da cristianização do matrimônio indígena. Para a autora, “[a] necessidade de abordar e resolver a imposição do matrimônio entre os indígenas emergiu como um problema nodal para o Estado espanhol e para a Igreja desde os primórdios da colonização” (tradução nossa).

²/ Entre 1682 e 1707 foram instaladas sete reduções na banda oriental do rio Uruguai que se tornaram conhecidas como Sete Povos das Missões: São Borja (1682); São Nicolau, São Luiz Gonzaga e São Miguel Arcanjo (1687), São Lourenço (1690), São João Batista (1697), Santo Ângelo (1707). As quatro primeiras foram trasladadas desde a margem oposta do Uruguai [Mörner, 1968; Neumann, 1996].

³/ Carta ânuas de Las misiones del Parana y Uruguay de la Comp.^a de Jesus, del ano de 1633, p.^a el P.^e Diego de Boroa de la Comp.^a de Jesus, Provincial desta Província. Manuscritos da Coleção de Angelis III, (MCA III). Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil (tradução nossa).

dos livros de batismos “Batizou-se dois mil e trezentos adultos, o livro de batismos das crianças foi rasgado pelos portugueses”⁴ (grifos nossos).

Estas referências despertaram minha curiosidade: seria possível reconstruir as genealogias das pessoas e famílias que viviam em uma redução? Em que pese a destruição em face dos ataques, ao reassentarem as reduções no interflúvio Paraná-Uruguai, entre 1630 e 1650, os padres mantiveram a prática de matricular os índios recém-convertidos e de registrar os batizados e os mortos. As matrículas, os livros de batismos e de enterros foram as primeiras bases para que a administração espanhola elaborasse, a partir de 1656, os *padrones* das reduções. A produção destes últimos a partir dos livros paroquiais ocorreu também no México [Morin, 1972, p. 392].

A estratégia de *empadronar* pessoas perdurou até o ano de 1801 [Takeda, 2016]. A importância dos livros de enterro e batismo para a elaboração dos *padrones* é atestada ao menos até 1772, quatro anos após a expulsão dos jesuítas da América espanhola. Naquele ano, Juan Joseph de Vertiz y Salcedo, governador e capitão geral interino das províncias do Rio de la Plata enfatizava que o *empadronamento* dos 30 povos das missões deveria ser feito mediante a confrontação dos livros paroquiais de batismo e de enterros, livros estes que estavam sob os cuidados dos padres e de seus substitutos.⁵

Este trabalho apresenta os resultados parciais dos dados contidos nos *padrones* armazenados no Archivo General de Indias (AGI) que foram objeto de pesquisas desenvolvidas durante o período de fevereiro a abril de 2021.⁶ O objetivo é propor um método para a análise dos *padrones* que possibilite a reconstrução de genealogias. Este método, se correto, possibilitará uma ampliação dos estudos de certos aspectos formais do parentesco entre aqueles Guarani, um tema ainda relativamente ausente na literatura especializada. Seus limites teóricos situam-se no de uma antropologia histórica que, segundo Wilde [2009, p. 25, tradução nossa] “[...]se propõe a compreender o sentido dos discursos e práticas dos atores do passado no contexto em que foram produzidos. Trata de indagar sobre os sentidos que esses atores deram ao seu próprio presente”. Ainda hoje, os

^{4/} Carta ânua de Jesus Maria. Al P.^e Diego de Boroa de la Comp.^a de Jesus P.^{al} de la P.^a del Paraguay. Taperia de Jesus Maria, 24/03/1637. (MCA III) (tradução nossa).

^{5/} “[...] devendo-se fazer o *empadronamiento* com confrontação dos livros paroquiais de Batismo e de enterros que os manifestem os curas ou seus tenentes” (Padron del pueblo de Nuestra Señora del Loreto, 1772, Archivo General de Indias, Fundo Buenos Aires 342, Sevilha, Espanha. Tradução nossa).

^{6/} Estas pesquisas inserem-se no âmbito de dois estágios: um de pós-doutoramento em história, na Universidade Federal Fluminense, e outro como bolsista Legs Lelong de antropologia social do Institut des hautes études de l’Amérique Latine (IHEAL) e do Centre de recherche et de documentation des Amériques (CREDA UMR 7227 - CNRS / université Sorbonne Nouvelle). Essas pesquisas contaram com financiamentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de bolsa de pós-doutorado através do processo nº 151002/2020-7 e da chamada Legs Lelong de antropologia social, edição de 2019, promovida pelo Centre national de la recherche scientifique (CNRS), processo nº InSHS/D/2020-81. Aproveito para agradecer a Capucine Boidin, ex-diretora do IHEAL, e a Camille Goirand, diretora do CREDA, que me acolheram nestes dois espaços durante o período de 15 de janeiro a 15 de maio de 2021. Agradeço também a Maria Regina Celestino de Almeida, supervisora de pós-doutorado na UFF. Agradeço sobretudo a Tatiana Cipiniuk, minha esposa, pelo apoio incondicional e pelo suporte afetivo durante os quatro meses em que permanecemos distantes.

padrones guarani têm atraído pouca atenção de pesquisadores, dentre os quais se destacam Sarreal [2014], Takeda [2012, 2016], Wilde e Takeda [2021] e Austin [2020].

Takeda [2012], que tem dispensado esforços significativos na análise desses documentos, em seu primeiro artigo, busca compreender as transformações experimentadas pelos Guarani nas reduções mediante a implantação e a distribuição de cargos da administração colonial espanhola. Em seu segundo trabalho [2016], o autor detém-se sistematicamente na documentação em tela para analisar e compreender a estrutura interna, a função dos cacicados e a flutuação populacional de uma dessas reduções, a de Concepción. Mais recentemente, Wilde e Takeda [2021] utilizaram um acervo cartográfico elaborado pelos Guarani e jesuítas para cotejá-lo com os *padrones* do período. O objetivo dos autores era o de demonstrar que, neste processo, a produção de mapas e *padrones* serviu de suporte para a produção de uma memória territorial [2021, p. 600].

Este artigo está dividido da seguinte forma: uma primeira seção é destinada aos aspectos formais para a realização dos *padrones*, desde a nomeação de sua comissão até a sua conclusão. Pretende-se fazer um exercício comparativo entre aqueles elaborados em 1715 e aqueles realizados em 1772. Na sequência será abordada a organização das reduções e dos cargos ocupados por indígenas. Em um terceiro momento apresentarei de que modo foram construídos os dados para a elaboração das hipóteses sobre as relações entre as pessoas, as relações entre as famílias dentro de um mesmo cacicado, a transmissão de sobrenomes e a permanência de pessoas na vida reducional ao longo do tempo.

PADRONES E ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Os *padrones* são listas nominais dos habitantes guarani de cada uma das reduções, produzidas nos anos de 1656, 1657, 1676, 1677, 1715, 1721, 1735, 1772, 1777, 1784, 1794, 1799 e 1801 [Takeda, 2016], partindo-se de uma perspectiva espanhola. Isto significa que em sua elaboração as pessoas de cada cacicado foram agrupadas em famílias nucleares e assim registradas. Cada cacicado era composto por um homem (cacique) que reunia em torno de si pessoas a ele relacionadas tanto por consanguinidade quanto por afinidade. Examinando o conjunto dos *padrones*, nota-se um intervalo médio de 11 anos. Somente entre os *padrones* de 1677 e 1715 e 1735 e 1772 este intervalo é maior: 38 e 37 anos respectivamente.

Estes documentos eram confeccionados a partir dos livros de batismos e de enterros ou, na ausência destes, o padre responsável pela redução apresentava o livro de matrículas. Até o momento, desconhece-se o paradeiro dos livros de matrículas e dos sacramentais. Somente os *padrones* permaneceram

preservados em arquivos de Sevilha,⁷ Buenos Aires, Assunção e Santiago⁸ [Takeda, 2016, p. 72]. É sobre eles que me debruço no intuito de extrair dados e propor interpretações sobre as relações de parentesco de alguns grupos guarani reduzidos.

Inicialmente elaborados para controlar a arrecadação de tributos para a Coroa⁹ [Mörner, 1968, p. 67], proponho lê-los como uma grande armação genealógica. Se isto de fato for possível, poderemos conhecer melhor as relações entre as pessoas e famílias que estiveram reduzidas, o modo como seus nomes foram transmitidos e, com o avanço de novas pesquisas em arquivos na Argentina, Paraguai e Chile, mapear a permanência das pessoas nas reduções e ampliar a profundidade dessas genealogias. Por ora, é suficiente apresentar o que foram os *padrones*, como foram elaborados e expor as hipóteses de construção dessa armação genealógica. Eles são como um desses “locais” de “garimpagem arqueológica” [Melià et al., 1987] a partir dos quais se pode tentar reconstruir análises antropológicas.

Os estudos sobre parentesco entre os Guarani coloniais ainda são bastante escassos. Recentemente Ruiz e Orantin [2021] discutiram o lugar do parentesco e do compartilhamento alimentar, em especial a caça, no contexto reducional. Os autores tomaram como ponto de partida o termo nativo *poraka* que, segundo eles, designa tanto a caça quanto o compartilhamento da presa abatida [2021, p. 115]. Mas além disso, Ruiz e Orantin chamam a atenção para as tensões entre o parentesco tradicional guarani e o modelo cristão imposto pelos padres nas reduções. De um lado, o compartilhamento no seio da família extensa, de outro, a família nuclear, duas éticas contrastivas, portanto. As tensões entre o compartilhamento da caça entre esses dois modelos distintos de famílias colocam em evidência um ponto que será discutido ao longo do artigo: a elaboração dos *padrones* tendo como substrato as famílias nucleares. Portanto, ainda que o trabalho dos autores supracitados não discuta o parentesco guarani nos termos aqui propostos, ele é importantíssimo para se compreender a tensão existente entre dois modelos de família, seja pelo compartilhamento alimentar

^{7/} O acervo documental encontrado no Archivo General de Indias, em Sevilha, refere-se aos anos de 1715 e 1772. O primeiro contempla 14 reduções e o segundo, 17. Para 1772, esses são apenas uma parcela dos *padrones* elaborados nas 30 reduções existentes. Entre esses dois períodos, apenas seis *padrones* referem-se às mesmas reduções, dentre elas os de Nossa Senhora de Loreto, objeto dessa pesquisa.

^{8/} Respectivamente, Archivo General de la Nación (AGN), Argentina. Há uma parte no Archivo Nacional de Asunción (ANA), no Paraguai e outra no Archivo Nacional de Chile (ANC).

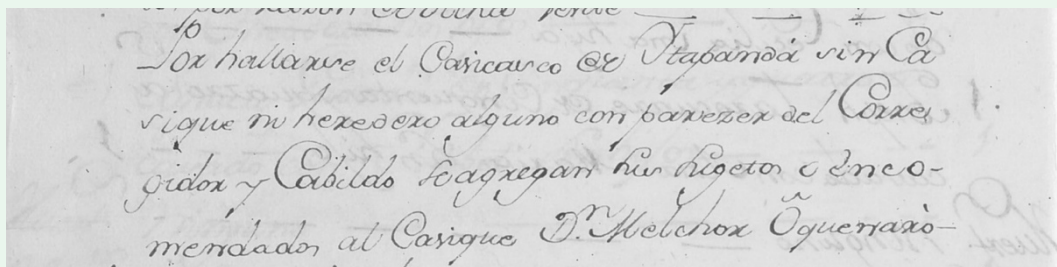
^{9/} Para que pratique o expressado *empadronamiento* de todos os índios moradores dos trinta povos de Missões do Uruguai e Paraná (...) a fim de que ao mesmo tempo que se saiba o número de famílias e pessoas que os habitam se tenha em pleno conhecimento aqueles que por haver chegado à idade de dezoito anos e não houver ultrapassado os cinquenta *haverão de contribuir com o tributo imposto por Sua Magestade*, com exceção daqueles que em cada povo e até o número de doze estiverem empregados nos ministérios de Administradores, Cantores, *Mayordomos*, Sacristãos, *Alcaldes*, *Regidores* e *Pagen*, como igualmente aos recém-convertidos à nossa religião Católica pelo término subsequente de vinte anos, aos caciques e aos seus filhos, primeiro e segundo-gênito (Padrón del pueblo de Nuestra Señora del Loreto, 1772, Archivo General de Indias, Fundo Buenos Aires 342, Sevilha, Espanha. Grifos e tradução nossos).

seja no esforço do colonizador de enumerá-las dentro de uma perspectiva colonial.

Esta discussão pode ser ampliada se incluirmos neste debate a sugestão de Sarreal [2014] sobre a transmissão dos cacicados em linhas de descendência. Os cacicados passavam de pai para filho, tendo como linha de sucessão o primogênito, o filho primogênito do primogênito e assim sucessivamente. Na falta deste, o cacicado poderia ser transmitido ao segundo, terceiro ou quarto filho do cacique e, no limite, às suas filhas. Verifica-se por exemplo caciques menores de idade, i.e., com idade inferior a 18 anos, tanto nos *padrones* de 1715 quanto de 1772. Nos primeiros, apenas a observação “menor” é anotada, porém nos segundos constam as idades desses caciques menores, que em vários casos oscilam dos três aos 17 anos. Do ponto de vista guarani, essas crianças teriam legitimidade para exercer a função de cacique? Seriam capazes de articular pessoas e trabalhos? Sarreal coloca essas questões para argumentar que tais caciques não eram mais que marcadores de lugar (*placeholders*) e apontar que o cacicado e a sua transmissão em linha paterna não eram senão uma institucionalização espanhola do direito de sucessão [2014].

Isto nos é revelado, por exemplo, pela documentação de 1772, segundo a qual um cacicado, na falta de herdeiros, deveria ser transferido a outro cacique. Veja-se por exemplo o trecho a seguir, cuja tradução encontra-se na sequência.

Figura 1. Transferência de um cacicado a outro cacique por falta de herdeiro



Fonte: Fragmento do Padrón da redução de Nossa Senhora de Loreto, 1772, Fólio 26v, Archivo General de Indias, Fundo Buenos Aires, 342. Sevilha, Espanha

Por encontrar-se o Cacicado de Ytapandà sem Cacique nem herdeiro algum, com o parecer do Corregidor e Cabildo agregam-se os seus sujeitos e Encomendados ao Cacique D.^o Melchor Ôquenarò---- (tradução nossa)

Os trabalhos de Sarreal [2014] e de Ruiz e Orantin [2021] nos trazem, portanto, instrumentos fortíssimos para uma crítica ao modo como a documentação colonial é produzida. Não obstante, essas críticas não significam uma rejeição às fontes, mas antes a explicitação da cautela necessária ao seu manuseio. Essas críticas revelam as tensões entre um modelo nativo e outro colonial e, conscientes delas, podemos propor o método de análise aqui apresentado.

AS COMISSÕES DE EMPADRONAMENTO

A administração espanhola constituía comissões responsáveis pela elaboração dos *padrones*, cujo principal objetivo era conhecer o número de tributários à Coroa.

Para o *empadronamento* realizado em 1715, a comissão teve início em 1708, quando o rei espanhol a determinou, por meio de uma Cédula Real.¹⁰ Em 1714, o governador do Paraguai tomou conhecimento da determinação real e declarou-se pronto a cumpri-la.¹¹ No ano seguinte, o mesmo governador mandou publicar um Auto¹² no qual citava os *encomenderos* vizinhos dos *pueblos* para assistência ao *empadronamento* e visita às casas dos *pueblos*. Neste mesmo documento, marcava o início do mesmo para o dia 17 de agosto, a ser iniciado pela redução de San Ignacio Guazu.

A comissão deveria percorrer os 30 *pueblos*. De 14 *padrones* referentes àquele ano, é possível observar que seus trabalhos se estenderam entre os dias 17 de agosto e 21 de outubro (datas de início estão indicadas na tabela a seguir).

Tabela 1. Cronologia dos *empadronamentos* realizados em 14 *pueblos*, em 1715

Redução/ <i>pueblo</i>	Data de início do <i>empadronamento</i>
San Ignacio Guazu	17/08/1715
Nuestra Señora de la Encarnación del Itapua	07/09/1715
Nuestra Señora de la Candelaria	10/09/1715
San Cosme y San Damian	11/09/1715
San Jose	13/09/1715
Santa Anna	17/09/1715
Nuestra Señora del Loreto	18 a 20/09/1715
San Ignacio Mini	21/09/1715
Corpus	23/09/1715
Jesus	25/09/1715
Santiago	01/10/1715
Santa Rossa colônia de Nuestra Señora de Fee	03/10/1715
Nuestra Señora de Fee	05/10/1715
Santissima Trinidad (ramo e colônia de San Carlos)	21/10/1715

Fonte: Elaboração do autor.

¹⁰/ Cédula Real expedida em Bom Retiro, Espanha, a 30/05/1708 (Archivo General de Indias, Fundo Charcas, 304, microfilmes SRD_C_24313_0395 a SRD_C_24313_0398. Sevilha, Espanha).

¹¹/ Obedecimento redigido em Assunção, a 21/02/1714 (Archivo General de Indias, Fundo Charcas, 304, microfilme SRD_C_24313_0398. Sevilha, Espanha).

¹²/ Auto do governador do Paraguai, Juan Gregorio Bazan de Pedrosa, expedido em Assunção, a 13/08/1715 (Archivo General de Indias, Fundo Charcas, 304, microfilmes SRD_C_24313_0399 e SRD_C_24313_0400. Sevilha, Espanha)

Para descrever a realização do *empadronamento* na redução de Loreto, crio uma alegoria, baseada nas descrições contidas no Padrón dessa mesma redução, de 1715. Esta alegoria tenta ilustrar como os acontecimentos teriam se passado na manhã do dia 18 de setembro de 1715:

Quarta-feira. Soam, na praça pública, a caixa de guerra e o clarim. Para lá dirigem-se o corregidor, cacique Don Juan Guarayu e os demais 88 caciques com as suas parcialidades. Lá se encontram as seguintes autoridades coloniais: Don Juan Gregorio Bazan de Pedrosa, Governador e Capitão Geral do Paraguai; o sargento maior de província Joseph del Cassal, representante do oficial real e defensor da fazenda real; o capitão Sevastian de Fleitas, vizinho encomendero, que atuará como intérprete guarani; o mestre de campo geral Joseph de Yegros, que exerce o ofício de protetor geral dos naturais da Província do Paraguai e o padre Pablo Venites, cura do pueblo, responsável por apresentar a memória de seus moradores, extraída da matrícula¹³.

O *empadronamento* era feito por citação. As pessoas lá presentes respondiam ao chamamento, que poderia ser feito com base em um *padrón* anterior ou mediante confrontação com os livros de matrícula, de batismo e de enterro. Em seguida, eram inscritas no *padrón* que se estava por elaborar. Trinta e oito anos haviam decorrido desde a elaboração do último *empadronamento*, que não foi encontrado nas Caixas Reais da província. Diante da falta de um *padrón* anterior para reger o atual, o governador decidira “proceder ao *padrón* e à contabilidade deles (indígenas) colocando as suas idades e sexos segundo os seus aspectos que à vista se reconhece, por não haver *padrón* (anterior) por onde reger-se, como consta nos Autos antecedentes¹⁴” (tradução nossa).

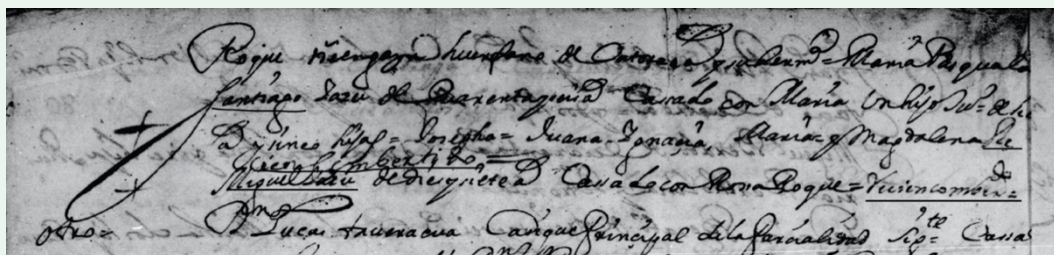
A cena descrita ilustra uma das inúmeras que ocorreram no segundo semestre daquele ano e representa um dos momentos em que o *empadronamento* era, de fato, iniciado. A comissão formada para efetuar-lo permaneceu em Loreto entre os dias 18 e 20 de setembro. Foram *empadronadas*, com seus nomes e relações de parentesco, 5.179 pessoas, sendo 2.961 mulheres (que não pagavam tributos), 1.570 homens isentos de tributo (homens com menos de 18 anos e com mais de 50; caciques e seus primogênitos; pessoas recém-convertidas à fé cristã que permaneciam isentas de tributos por 20 anos) e 948 tributários. Concluído o *empadronamento*, passava-se à visita das casas e dos demais espaços da redução. Nesta etapa, eram descritas as condições materiais das casas indígenas, o armamento existente na redução, as condições de disciplina, aludindo-se inclusive a um espaço prisional e a existência ou não de presos.

As pessoas recém-convertidas eram registradas como tais em cada *padrón*, como no fragmento a seguir. No caso de Loreto, não havia registro de recém-convertidos.

¹³/ Alegoria construída a partir das informações contidas no Padrón de índios da redução de Nossa Senhora de Loreto, de 1715 (Archivo General de Indias, Fundo Charcas, 304, microfilmes SRD_C_24313_0325 e SRD_C_24313_0326. Sevilha, Espanha)

¹⁴/ Auto do governador do Paraguai Juan Gregorio Bazan de Pedrosa, expedido em Assunção, a 13/08/1715 (Archivo General de Indias, Fundo Charcas, 304, microfilmes SRD_C_24313_0402 e SRD_C_24313_0403. Sevilha, Espanha. Grifos nossos).

Figura 2. Registro de pessoas recém-convertidas



Fonte: Fragmento do Padrón da redução de Jesus Maria, 1715, Fólio 80v, Archivo General de Indias, Fundo Charcas, 304, microfilmes SRD_C_24313_0255. Sevilha, Espanha

- Roque Ñeengaya órfão de quatorze a^s e sua irmã María Pasquala
 + Santiago Yazu de quarenta e seis a^s casado com María um filho Ju^o = de sete
 a^s e cinco filhas = Josepha = Juana = Ygnaçia, Maria = Magdalena = Re
 cém-convertido
 + Miguel Yazu de dezessete a^s casado com Rossa Poque = Recém-conver^{do} =
 Outro D.ⁿ Lucas Taveracua Casique Principal da Pacialidade segte casado

No fragmento supracitado, Santiago e Miguel e suas respectivas famílias eram recém-convertidos. Os sinais de “+” (constantes na página do Padrón) que antecedem os seus nomes, bem como a anotação “recien-conbvertido”, ao final, indicam que se tratava de famílias ou de pessoas nesta situação.

Decorrido um intervalo de 57 anos entre os dois *padrones* aqui analisados, vejamos o processo de elaboração em 1772. Trata-se dos primeiros realizados após a expulsão dos jesuítas da América espanhola [Takeda, 2016]. Naquela ocasião, a administração religiosa dos habitantes de Loreto estava a cargo do padre Joseph Martinez da ordem de Nossa Senhora das Mercês.

Em obediência à determinação real contida em Cédula de 28 de dezembro de 1743, a Junta Geral de Real Fazenda se reuniu em 22 de junho de 1771 e, nesta ocasião, decidiu da necessidade de realização do *empadronamento* dos índios que residiam nos 30 povos de missões do Paraná e Uruguai. Em 27 de novembro de 1771, emitiu-se o Despacho Real que determinava ao governador da província do Rio de la Plata, Don Juan Joseph de Vertiz y Salcedo, que nomeasse um juiz comissionado para realizar o *empadronamento*. Nomeou-se então o Coronel Don Marcos de Larrazabal que empreendeu a comissão de *empadronamento* conforme a seguinte sequência.

Tabela 2. Cronologia dos *empadronamentos* realizados em 17 pueblos, em 1772

Redução/pueblo	Período do <i>empadronamento</i>
Yapeju	11 a 21/01
Nuestra Señora de la Cruz	23 a 28/01
Santo Tomás	03 a 07/02
San Borja	10 a 14/02
San Angel	02 a 05/03

San Juan Bautista	07 a 13/03
San Miguel	14 a 18/03
San Lorenzo	20 a 23/03
San Luiz Gonzaga	26 a 31/03
San Nicolau	02 a 08/04
San Francisco Xavier	25 a 28/04
San Carlos	09 a 13/05
Nuestra Señora de la Candelaria	15/05 a 10/06
Santa Anna	15 a 23/06
Nuestra Señora del Loreto	25 a 29/06
Jesus	14 a 17/07
Nuestra Señora de la Encarnación del Itapua	23 a 29/07

Fonte: Elaboração do autor.

A comissão foi levada adiante e teve início em 11 de janeiro de 1772 na redução de Yapeju. Participavam da comissão, além do Juiz comissionado, o governador dos 30 povos (Francisco Bruno de Zabala) – na sua ausência o tenente de governador –, o administrador de cada povo (hispano-descendente), um intérprete (também hispano-descendente), um padre responsável pela administração espiritual da vida dos indígenas ou o seu substituto e duas testemunhas (também hispano-descendentes). Do lado dos Guaraní tomava parte na preparação do *empadronamento* o corpo capitular, composto por representantes de oito funções: Corregidor, Tenente de corregidor, Alcalde de 1º voto, Alcalde de 2º voto, Aguacil mor, Mayordomo, Regidor e Secretário de Cabildo. Estas oito funções já haviam sido observadas por Wilde [2009].

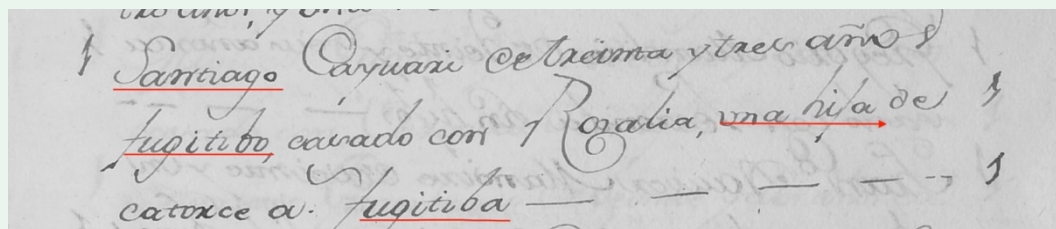
Após a reunião na sala capitular da redução, o juiz comissionado determinava a publicação de um “Vando”, documento no qual indicava o dia, o horário e o local para o início do *empadronamento*. Neste documento havia também a prevenção de castigo “de direito” para aqueles que se ausentassem “por malícia ou inobediência”. Para que os moradores das reduções não alegassem desconhecimento da convocação, determinava-se, por fim, a “publicação em guaraní e sua fixação na esquina da casa capitular.”¹⁵

¹⁵ “Pelo presente, faço saber o *corregidor*, seu tenente, *alcaldes* ordinários de primeiro e segundo votos, e demais vizinhos estantes e habitantes neste povo de Nuestra Señora de Loreto, que na tarde de hoje que se contam vinte e cinco do corrente mês, às duas horas dar-se-á princípio ao *padrón* que se ha de formar em virtude de minha comissão de todos os seus moradores sem distinção de pessoas, pelo que deverão concorrer à referida hora à praça pública, com prevenção de que se alguém faltar por malícia ou por desobediência será castigado com todo o rigor de direito, e para que ninguém alegue ignorância, publicar-se-á este Vando em língua guaraní por D.ⁿ Salvador Pires inteligente nos dois idiomas e fixar-se-á na esquina da Cassa Capitular.” Vando do Juiz Comissionado D.ⁿ Marcos Joseph de Larrazabal,

Na sequência, o secretário do juiz comissionado executava quatro diligências, notificando, oficialmente, o governador dos 30 povos, que atuaria como defensor da real fazenda, o administrador do povo/ redução (defensor dos índios), o intérprete e o padre. A este caberia, no momento da citação, exhibir os livros de Coletoria, batismos e enterros para confrontação com as pessoas ali presentes. Mais uma vez, o *empadronamento* era efetuado por citação, e a partir dela a comissão tomava conhecimento dos índios fugitivos das reduções.

Assim, na redução de Nossa Senhora de Loreto, às sete horas de uma sexta-feira, 26 de junho de 1772, com todos os habitantes guarani sentados em praça pública, dava-se início à citação e ao *empadronamento* de seus habitantes. Diante deles, o juiz comissionado e seu séquito. O padre exhibia os livros de batismo e de enterro e fazia a citação nominal das pessoas, que eram então relacionadas. Aquele que não respondesse à chamada e não constasse no livro de enterros era considerado fugitivo, e essa observação, anotada no Padrón¹⁶. No fragmento abaixo, Santiago, de 33 anos, e sua filha, de 14, são registrados como “fugitibo/ fugitiba”.

Figura 3. Registro de pessoas fugitivas



Fonte: Fragmento do Padrón da redução de Nossa Senhora de Loreto, 1772, fólio 7, Archivo General de Indias, Fundo Buenos Aires, 342. Sevilha, Espanha

Mais uma vez é possível observar na elaboração dos *padrones* o controle que a administração colonial buscava exercer sobre a população nas reduções. Ainda que não pudesse evitar as fugas, sabia-se, ao menos, quem eram os fugitivos. Sabia-se também o número de habitantes de cada redução bem como o de tributários. Entre 25 e 29 de junho de 1772, a comissão registrou uma população de 2.492 pessoas, das quais 1.217 eram mulheres (estas nem sempre relacionadas pelos nomes), 731 isentas (além das pessoas assinaladas no Padrón de 1715, inclui-se aqui, os filhos segundo-gênitos dos caciques e até o número de 12, as pessoas que exerciam as seguintes funções: administradores, cantores, *mayordomos*, sacristãos, *alcaldes*, *regidores* e pajem) e 544 tributários.

O PARENTESCO GUARANI NOS *PADRONES* DE LORETO

Na seção anterior, mencionei que os *padrones* eram elaborados a partir de uma perspectiva espanhola e que as famílias eram relacionadas de maneira nuclear [Sarreal, 2014; Takeda, 2016]. Definir as famílias guarani a partir de uma

emitido na redução de Nuestra Señora del Loreto em 25/06/1772. (Archivo General de Indias, Fundo Buenos Aires, 342, fólhos 3v e 4. Sevilha, Espanha).

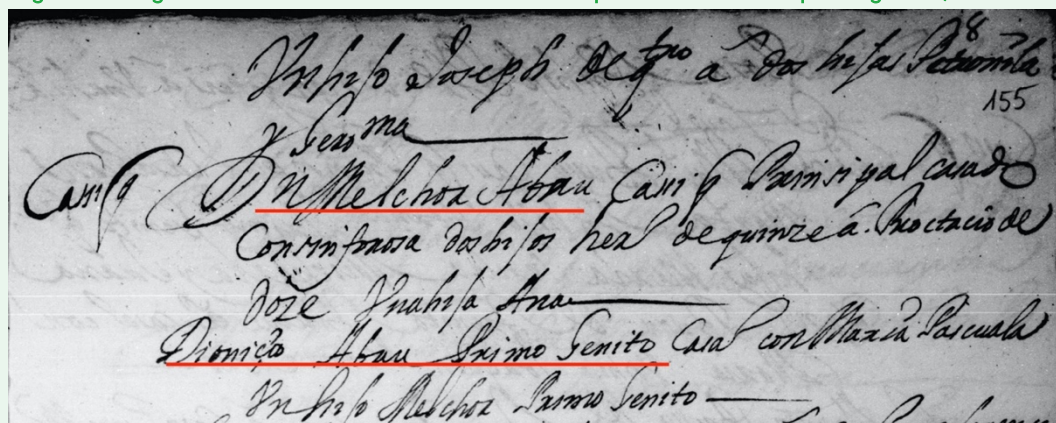
¹⁶ Elisa García [2009] observou que as fugas das reduções espanholas, a partir de 1750, foram amplamente estimuladas pela Coroa portuguesa com o objetivo de atrair súditos a seu rei e assim legitimar a posse do território sob demanda da Coroa por ocasião da assinatura do Tratado de Madri.

concepção nuclear encerra certos problemas. De forma mais genérica, o primeiro deles diz respeito aos cuidados intrapessoais e à partilha de bens, em especial os alimentares [Ruiz & Orantin, 2021, p. 118]. Como observaram esses dois autores, tal definição também implica duas concepções distintas: neste contexto, a família nuclear é uma instituição cristã, uma concepção guarani de família comportaria melhor a ideia de famílias extensas. Um terceiro problema diz respeito à introdução de interdições matrimoniais a partir graus de parentesco cristãos [Imolesi, 2012].

De forma mais restrita, e aqui nos reportando aos *padrones*, a conceituação das famílias enquanto unidades nucleares dificulta a conexão entre pessoas ao se analisar sincronicamente as relações entre elas em um mesmo *padrón*. Daí a necessidade de cruzar os *padrones* tanto sincrônica quanto diacronicamente e, sempre que possível, confrontá-los com os livros sacramentais.

Ainda na seção anterior observei que, em cada redução, um conjunto de família compunha um cacicado. Assim, em Loreto, havia 89 deles em 1715, e 73 em 1772. Sua população, conforme já apontado, era de 5.179 e 2.492 pessoas, respectivamente¹⁷. Considerando-se então que nos *padrones* os cacicados estão divididos por famílias nucleares, propor uma relação entre seus membros será o primeiro passo. Conforme se obtenham os demais *padrones* e assim diminua-se o intervalo entre eles, será possível monitorar o crescimento e/ou permanência das famílias ao longo do tempo. Ainda que divididos por famílias nucleares, a análise dos *padrones*, por ora, nos permite propor uma hipótese que correlaciona essas diversas pessoas dentro de um mesmo cacicado, em um único período: em ambos os *padrones*, de 1715 e 1772, os cacicados são listados a partir da família do cacique. Em seguida, apresentam-se as demais famílias. Para o caso de 1715, enumera-se a família do cacique, formada por ele, a esposa, os filhos e filhas solteiros. Imediatamente aparecem as famílias de seus filhos casados e os respectivos filhos. Veja-se o fragmento abaixo:

Figura 4. Registro das famílias nucleares do cacique e de seu filho primogênito, 1715



Fonte: Fragmento do Padron da redução de Loreto, 1715, fólio 155, Archivo General de Indias, Fundo Charcas, 304, microfilmes SRD_C_24313_0332. Sevilha, Espanha

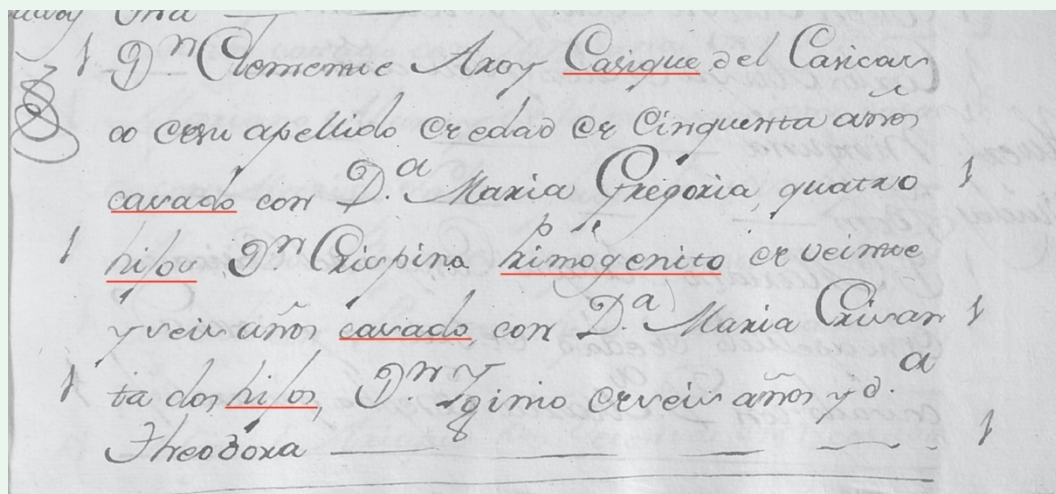
Um filho Joseph de q^{tro} a^s duas filhas Petronila e Ger^{ma}

¹⁷ Takeda [2016] fornece também dados demográficos para a redução de Concepción.

D.^o Melchor Abau Cacique Principal Casado
com Sinforosa dois filhos Her^o de quinze a^s Proctasio de
doze e uma filha Ana
Dionício Abau Primo Genito casa^o com Maria Pascuala
Um filho Melchor Primogênito (tradução nossa)

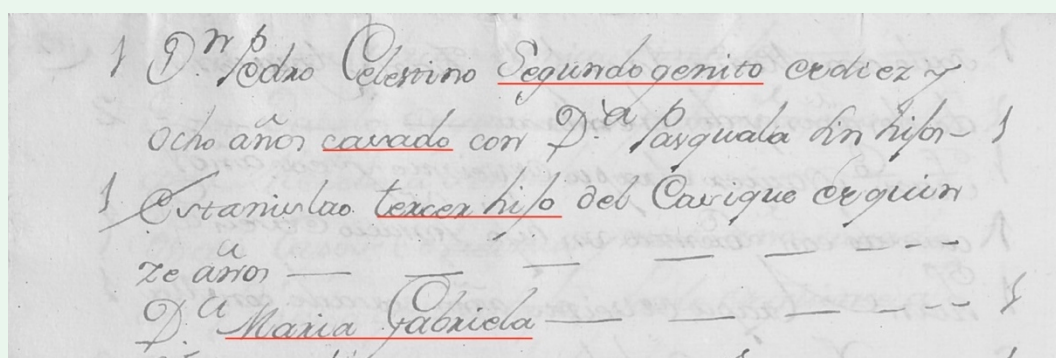
Quando passamos ao Padrón de 1772, a família do cacique é enumerada de forma extensa, contando com este último, sua esposa, os filhos casados e esposas, os filhos e filhas destes, e os filhos e filhas solteiros do cacique. Veja o exemplo abaixo, também extraído do Padrón de Loreto e transcrito a seguir.

Figura 5. Registro da família extensa do cacique, 1772



Fonte: Fragmento do Padrón da redução de Loreto, de 1772, fólio 49, Archivo General de Indias, Fondo Buenos Aires, 342. Sevilha, Espanha

Figura 6. Continuação da família nuclear do cacique, 1772



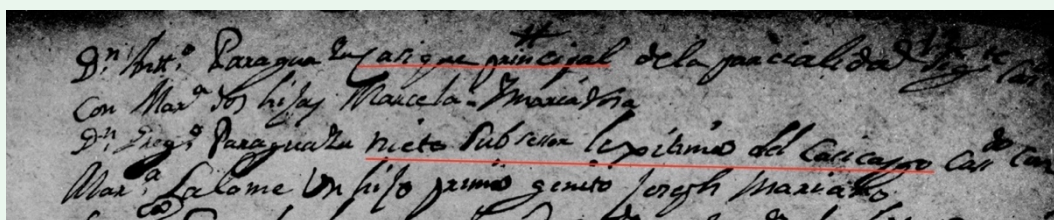
Fonte: Continuação do fragmento do Padrón da redução de Loreto, de 1772, fólio 49v, Archivo General de Indias, Fondo Buenos Aires, 342. Sevilha, Espanha

D.ⁿ Clemente Aroy Cacique do Cacicado
de seu sobrenome de 50 anos de idade
casado com D.^a Maria Gregoria quatro
filhos D.ⁿ Crispino Primogênito de vinte
e seis anos casado com D.^a Maria Crisan

ta dois filhos, D.ⁿ Yginio de seis anos e D.^a
Theodora
D.ⁿ Pedro Celestino segundo-gênito de dezoito
anos casado com D.^a Pasquala sem filhos
Estanislao terceiro filho do Cacique de quin
ze anos
D.^a Maria Gabriela (tradução nossa)

Tem-se, nesse caso, exatamente, a composição supracitada: cacique + esposa + filho/s casado/s + esposa/s do/s filho/s + filho/a do/s filho/s + filhos solteiros e filha/s solteiras do cacique. A despeito da diferença de composição entre os dois períodos – em 1715, a família do cacique e a de seu filho casado são descritas separadamente e, em 1772, ela é descrita de forma extensa – nos *padrones* de 1715, as famílias nucleares dos filhos de caciques são elencadas imediatamente à de seus pais. Em outros casos, avós (caciques) e netos são elencados sucessivamente. Isto ocorre quando a sucessão se dá do avô ao neto em razão do falecimento do filho do cacique. Veja o exemplo a seguir, cuja transcrição se encontra logo abaixo.

Figura 7. Registro das famílias nucleares do cacique e de seu neto, 1715



Fonte: Fragmento do Padrón da redução de Corpus, 1715, fólio 12, Archivo General de Indias, Fundo Charcas, 304, microfilmes SRD_C_24313_0184. Sevilha, Espanha

D.ⁿ Antt.º Paraguay Cacique principal da parcialidade seg.^{te} Cas^{do}
Com Mar.^a duas filhas Marcela e Maria Rosa
D.ⁿ Greg.º Paraguay neto Sucesor legítimo do cacicado cas^{do} com
Mar.^a Salome um filho primogênito Joseph Mariano. (Tradução nossa)

Em ambos os períodos, para as demais famílias, enumeram-se o casal e seus filhos e filhas solteiros. Dentro de cada família, os filhos estão ordenados partindo-se do mais velho ao mais novo e, em seguida, enumeram-se as filhas. Quando nos atemos a elas, surge um problema nos *padrones* de 1772, pois elas são referidas apenas como filhas ou fêmeas (*hembras*). Isto poderia dificultar o mapeamento dessas mulheres nos *padrones* subsequentes. Não obstante, tal dificuldade poderia ser superada com a localização dos livros de batismos, de matrículas e de enterros.

No que diz respeito à composição das famílias elencadas nuclearmente, pode-se observar que em todos os casos a listagem é feita por sobrenome dos homens e pela ordem decrescente de suas idades. Se observarmos o exemplo abaixo, em 1715, no cacicado de Don Joseph Pana, e em 1772, no mesmo cacicado dirigido por seu homônimo, Don Joseph Pana, havia os seguintes sobrenomes:

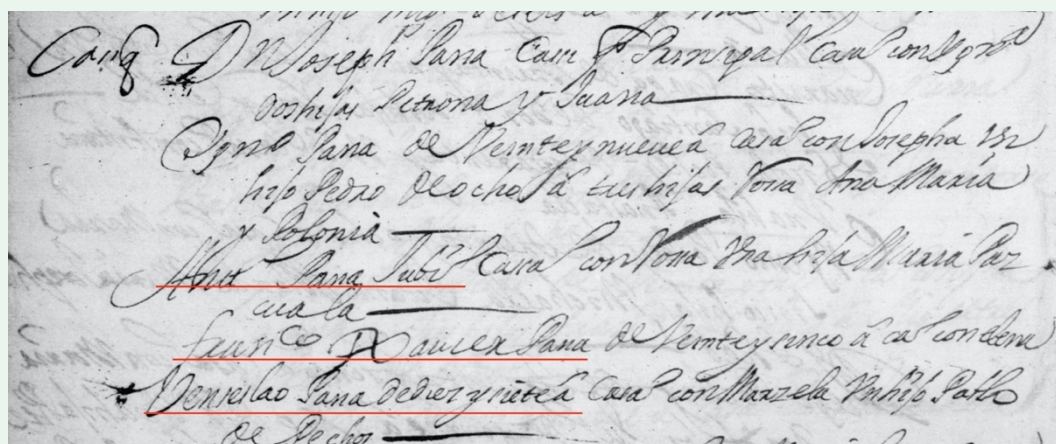
Tabela 3. Relação dos sobrenomes existentes no cacicado de Joseph Pana em 1715 e 1772

1715 (Don Joseph Pana)	1772 (Don Joseh Pana)
Pana	Pana
Pirañaro	-
Maña	Maña
Cayuari	Cayuari
Yta	Yta
Mandire	Mandire
Cassapa	Cassapa
Sa	-
Guambayu	Guambayu
Vuie	-
Curucati	-
Boyri	-
-	Bise

Fonte: Elaboração do autor

Se inicialmente podemos afirmar tratar-se do mesmo cacicado em dois momentos distintos, isto se deve à repetição dos sobrenomes guarani em ambos. O exemplo abaixo foi extraído de um cacicado de Loreto, em 1715, e com ele pretendo mostrar a relação entre os sobrenomes e as idades das pessoas. Trata-se do mesmo cacicado dirigido por Joseph Pana.

Figura 8. Exemplo da relação entre sobrenomes e idades das pessoas, 1715



Fonte: Fragmento do Padrón da redução de Loreto, 1715, fólio 152, Archivo General de Indias, Fundo Charcas, 304, microfilmes SRD_C_24313_0329. Sevilha, Espanha

No caso acima temos:

Antt° Pana Jubi°, casa° com Rossa uma filha Maria Paz

cuala. (Primeiro nome sublinhado em vermelho, tradução nossa)

Imediatamente abaixo, em outros dois núcleos familiares constam:

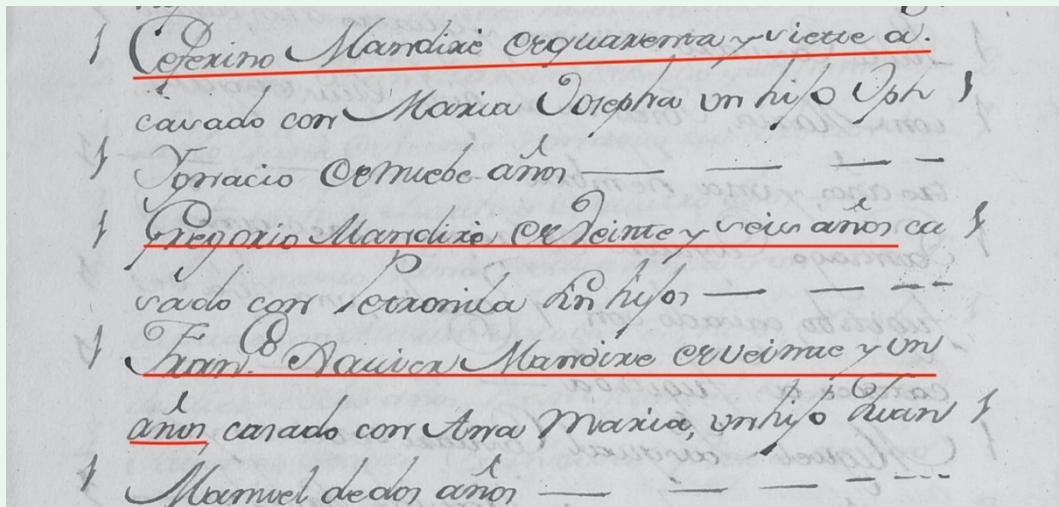
Fran.^{co} Xavier Pana de vinte e cinco anos, casado com Elena. (Segundo nome sublinhado em vermelho)

Venceslao Pana de dezessete anos, casado com Marzela um filho Pablo de Peitos. (Terceiro nome sublinhado em vermelho, tradução nossa)

Seriam Francisco Xavier Pana e Venceslao Pana, irmãos entre si e consequentemente filhos de Antônio Pana, *jubilado*?

Passemos ao Padrón de 1772 e encontraremos uma construção similar:

Figura 9. Exemplo da relação entre sobrenomes e idades das pessoas, 1772



Fonte: Fragmento do Padrón da redução de Loreto, de 1772, fólio 7v, Archivo General de Indias, Fondo Buenos Aires, 342. Sevilha, Espanha

Ceferino Mandirè de quarenta e sete a^s

casado com Maria Josepha um filho Jph
Ignacio de nove anos

Gregorio Mandirè de vinte e seis anos ca
sado com Petronila sem filhos

Francisco Xavier Mandirè de vinte e um

anos casado com Ana Maria, um filho Juan
Manuel de dois anos (tradução nossa)

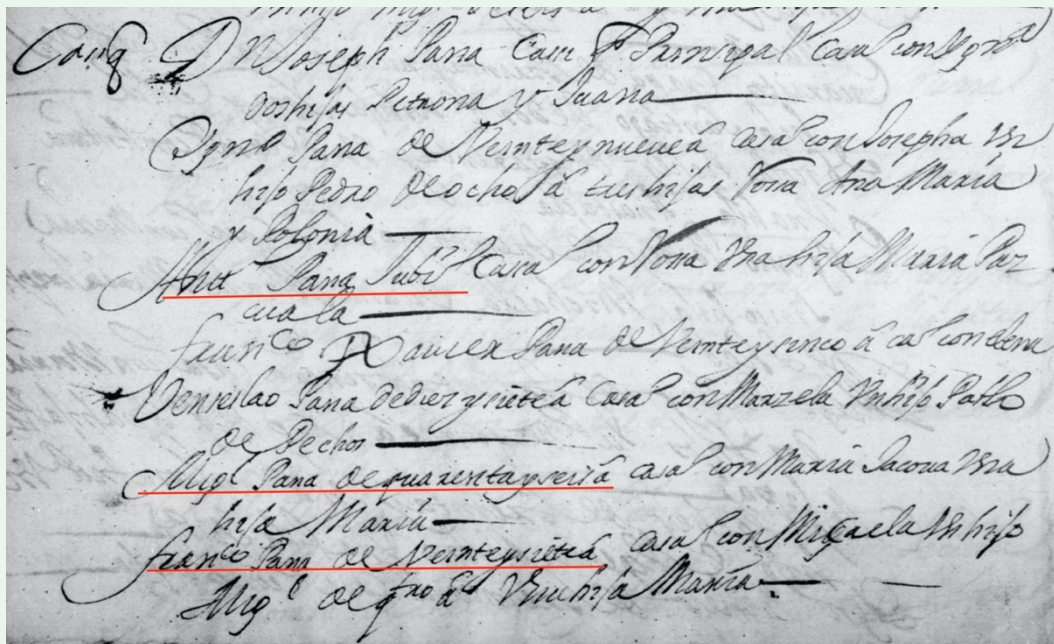
Do mesmo modo, seriam Gregório Mandire e Francisco Mandire também irmãos e consequentemente filhos de Ceferino Mandire?

Em ambos os casos (figuras 8 e 9), temos homens com mais de 40 anos e com poucos filhos residindo em seu núcleo familiar. No primeiro caso, trata-se de uma filha solteira. No segundo, de um menino de nove anos. Quando passamos, nos dois períodos, aos núcleos familiares subsequentes, de Francisco Panà (1715) e de Gregório Mandire (1772), encontramos homens com os mesmos sobrenomes dos mais velhos (Antt^o e Ceferino) e com idades que permitem supor relações de filiação.

Ao se examinar a continuação os padrones de 1715 e 1772, encontramos:

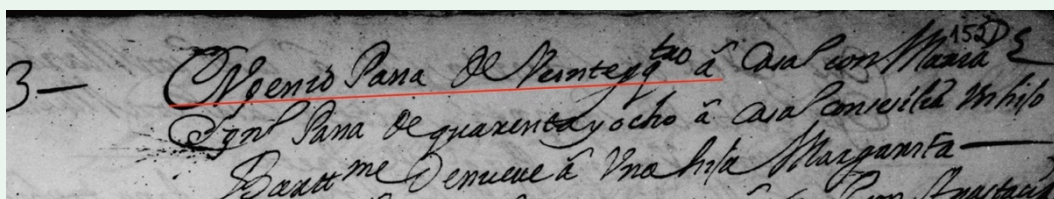
Primeiro o de 1715.

Figura 10. Continuação do exemplo da relação entre sobrenomes e idades das pessoas, 1715



Fonte: Fragmento do Padrón da redução de Loreto, 1715, fólio 151v, Archivo General de Indias, Fundo Charcas, 304, microfilmes SRD_C_24313_0329. Sevilha, Espanha

Figura 11. Continuação do exemplo da relação entre sobrenomes e idades das pessoas, 1715



Fonte: Fragmento do Padrón da redução de Loreto, 1715, fólio 152, Archivo General de Indias, Fundo Charcas, 304, microfilmes SRD_C_24313_0329. Sevilha, Espanha

Anttº Pana Jubilado, casado com Rossa uma filha Maria Paz
cuala. (Primeiro nome sublinhado em vermelho)

Fran.^{co} Xavier Pana de vinte e cinco anos, casado com Elena

Venceslao Pana de dezessete anos, casado com Marzela um filho Pablo
de Peitos

Mig.^l Pana de quarenta e seis a^s casa^o com Maria Jacova Uma
filha Maria (agora o segundo nome sublinhado em vermelho)

Fran.^{co} Pana de vinte e sete a^s casa^o com Micaela um filho

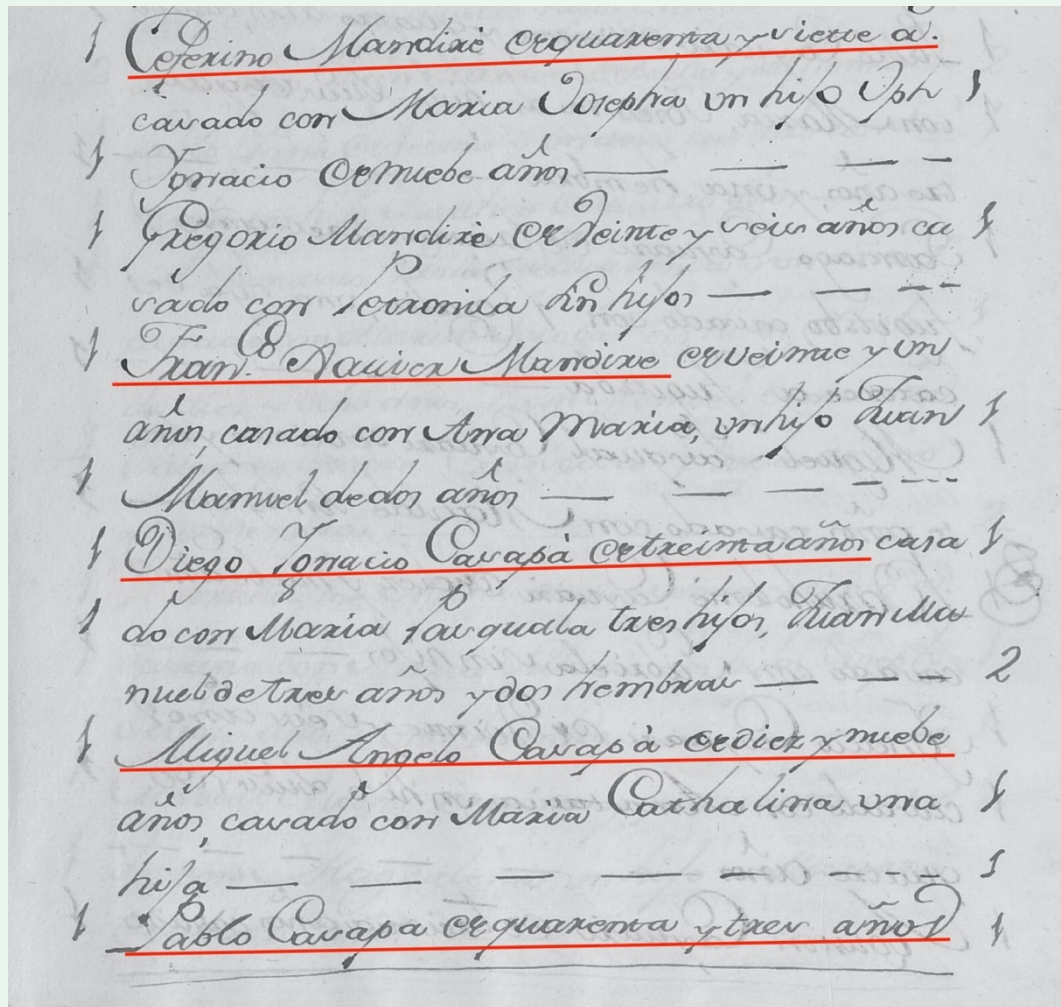
Mig^l de q^{tro} a^s e uma filha Maria (Terceiro nome sublinhado em vermelho)

Eugenio Pana de vinte e q^{tro} a^s casa^o com Maria (Nome sublinhado em vermelho na figura 11. Tradução nossa)

Antt^o Pana, primeiro nome sublinhado em vermelho, tem mais de 50 anos, pois é *jubilado*, ou seja, aquele que após esta idade está dispensado de pagar tributos à Coroa. Miguel Pana, o segundo nome sublinhado em vermelho, tem 46 anos. Poderia ser irmão de Antônio? Ambos possuem o mesmo sobrenome, Pana, e estão em ordem decrescente de idades, com os seus supostos filhos entre eles. Do mesmo modo, seriam Francisco Pana, o terceiro nome sublinhado na figura 10, e Eugenio Pana, nome sublinhado em vermelho na figura 11, filhos de Miguel? Ambos têm idades decrescentes que permitem pressupor uma relação de filiação com Miguel e carregam o mesmo sobrenome.

No caso de 1772, vejamos:

Figura 12. Exemplo do registro de pessoas com um mesmo nome e do início do registro de outra família com outro sobrenome, 1772



Fonte: Fragmento do Padrón da redução de Loreto, 1772, fólio 7v, Archivo General de Indias, Fondo Buenos Aires, 342. Sevilla, Espanha

Ceferino Mandirè de quarenta e sete a^s

casado com Maria Josepha um filho Jph
Ignacio com nove anos

Diego Ygnacio Casapà de trinta anos casa
do com Maria Pasquala três filhos, Juan Ma
nuel de três anos e duas fêmeas

Miguel Angelo Casapà de dezenove
anos casado com Maria Cathalina uma
filha

Pablo Casapa de quarenta e três anos (tradução nossa)

Nota-se, neste caso, que após a família Mandire inicia-se outra, cujo sobrenome é Casapà. Esta mudança marca, em cada cacicado de 1715 e de 1772, o fim das famílias relacionadas a um determinado sobrenome e o início de outra e assim sucessivamente.

Temos, portanto, os seguintes dados: em uma família de caciques, os *padrones* enumeram-na de forma extensa (caso de 1772) ou com os filhos/netos casados imediatamente à família nuclear do cacique (caso de 1715). As demais famílias são enumeradas nuclearmente, e do filho mais velho para o mais novo, seguido então por suas irmãs, independentemente de serem mais velhas que os homens.

Se tomarmos os dados aqui apresentados, esta composição nos permite elaborar a seguinte hipótese: tomando a família extensa do cacique como modelo e a enumeração das famílias pelos seus sobrenomes, é possível que as famílias nucleares também sejam enumeradas seguindo a ordem dos pais para os filhos e, entre estes, dos mais velhos para os mais jovens. O intercalamento entre uma dessas sequências de idades decrescentes pode significar que a pessoa “fora da ordem” seja um tio ou um primo das pessoas elencadas, como a sequência Diego, Miguel e Pablo Casapà observada na figura 12. Seria Pablo (quinto nome sublinhado em vermelho) um tio paterno de dois irmãos (terceiro e quarto sublinhados em vermelho) cujo pai já é falecido? O acesso ao Padrón de 1735 certamente esclarecerá as relações de parentesco de Pablo Casapà.

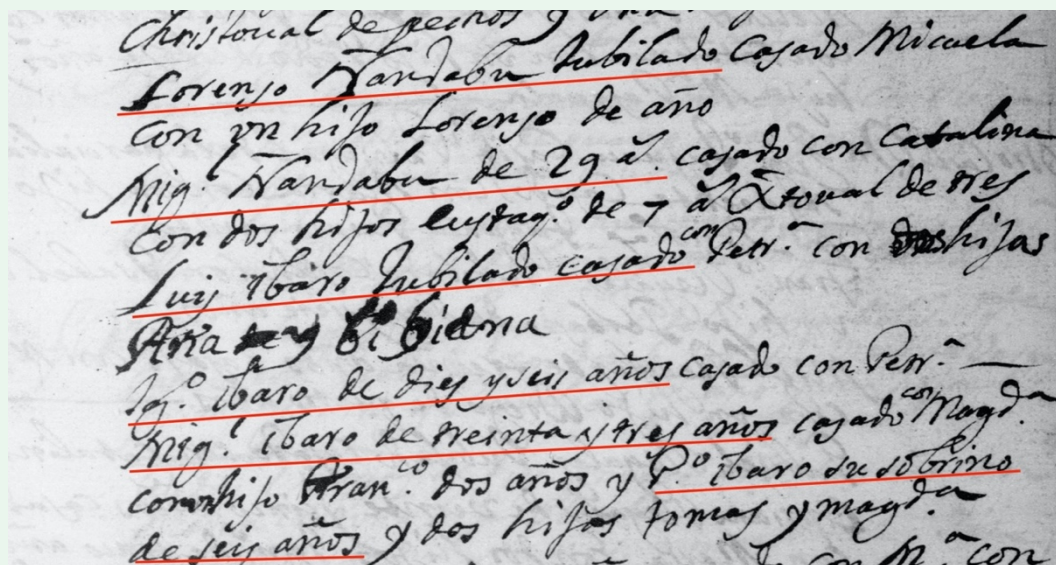
O que pretendo sugerir é a possibilidade de mapear as relações de filiação e aquelas que conectam irmãos dentro de cada cacicado. Os exemplos acima são uma prévia do que é possível extrair dos *padrones* mediante uma análise diacrônica e sincrônica das relações entre os sobrenomes das pessoas e suas idades. A sistematicidade com que esses casos ocorrem não parece ser algo aleatório. Não obstante, no estado atual dessa pesquisa, todos os sobrenomes estão relacionados aos homens, algo que neste momento limita as análises sobre as relações entre as mulheres.

Mais uma observação se faz necessária entre os *padrones* de 1715 e os de 1772 e diz respeito à ordem em que as pessoas foram relacionadas. Nos primeiros, independentemente da idade, da condição conjugal e da orfandade, as pessoas eram inscritas na ordem de citação, iniciadas pelos caciques. Nos segundos, iniciava-se pelas famílias dos caciques; na sequência, eram listadas as famílias nucleares cujos maridos tinham menos de 50 anos. Ao final de cada cacicado, registravam-se as famílias cujos maridos tinham 50 anos ou mais, seguido dos órfãos, que eram citados com suas idades e sobrenomes. Estes eram sucedidos

pelas órfãs, mas apenas quantitativamente. Por fim, o mesmo ocorria com as viúvas.

Comparem-se aqui os fragmentos extraídos de um Padrón de 1715, e outro de 1772, (figuras 13 e 15).

Figura 13. Registro de pessoas jubiladas e órfãs junto com outras não jubiladas, 1715



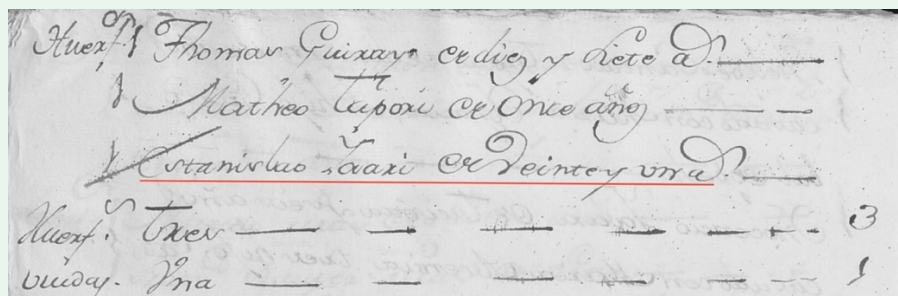
Fonte: Fragmento do Padrón da redução de Loreto, 1715, fôlio 164, Archivo General de Indias, Fundo Charcas, 304, microfilmes SRD_C_24313_0341. Sevilha, Espanha

Lorenzo Nandabu Jubilado casado [com] Micaela
com um filho Lorenzo de ano
Mig. Nandabu de 29 a^s casado com Cathalina
com dois filhos Eustaq^o de 7 a^s Xtoval de três
Luiz Ibaro Jubilado casado com Petr^a com duas filhas
Ana e Bibiana
Mig. Ibaro de trinta e três a^s casado com Magda
com um filho Fran.^{co} [de] dois anos e P^o Ibaro seu sobrinho
de seis anos e duas filhas tomas[ia] e magd^a (tradução nossa)

Vê-se no fragmento acima a presença de dois homens com mais de 50 anos, *jubilados*, e suas famílias entre as demais famílias sem membros *jubilados*: Lorenzo Nandabu e Luiz Ibaro (primeiro e terceiro nomes sublinhados). Nota-se também na família de Miguel Ibaro (quinto nome em vermelho) a presença de seu sobrinho, Pedro Ibaro, de seis anos (sexto nome em vermelho). Tudo leva a crer que este sobrinho seja filho de um irmão de Miguel, dado que ambos possuem o mesmo sobrenome. O fato de este sobrinho estar relacionado na família de seu tio paterno nos leva a crer que ele seja órfão.

Órfãos, para efeito dos *padrones*, são as crianças e os homens adultos solteiros cujos pais faleceram. Encontraremos, principalmente nos *padrones* de 1772, exemplos de homens com até 21 anos de idade classificados como órfãos, bem como homens de 16 anos, casados, e que por tal condição não eram classificados nessa categoria (ver a figura 14).

Figura 14. Registro de pessoas órfãs com mais de 18 anos e de viúvas, separadamente, 1772

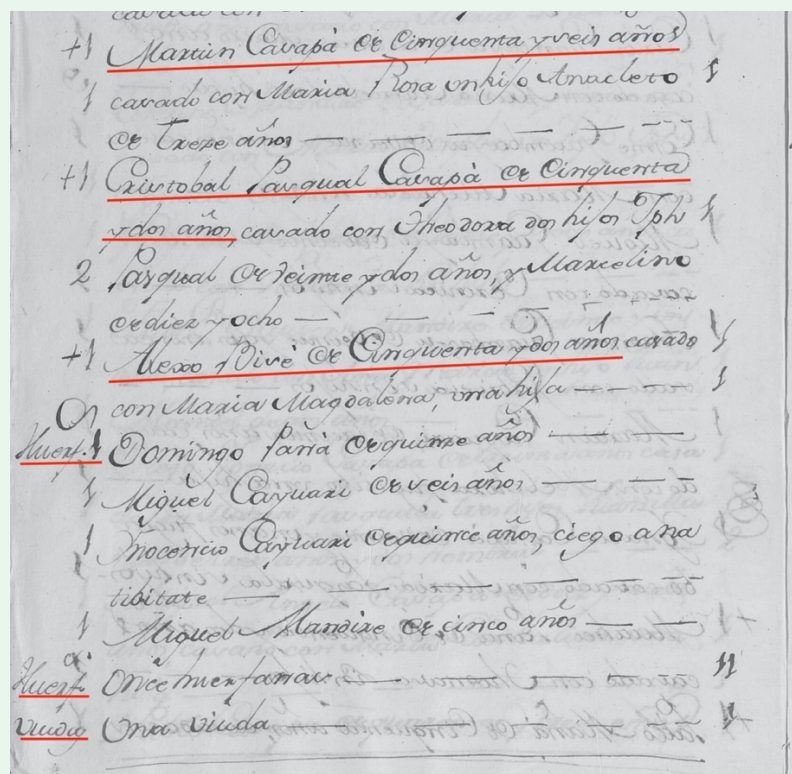


Fonte: Fragmento do Padrón da redução de Loreto, de 1772, fólio 36v, Archivo General de Indias, Fondo Buenos Aires, 342. Sevilha, Espanha

	Órfãos	
1	Thomas Guiray de dezessete a ^s .	
1	Matheo Tapori de onze anos	
1	<u>Estanislao Yaari de vinte e um a.^s</u>	
	Órfãos	
	Três	3
	Viúvas	
	Una	1

A seguir será apresentada a inscrição das pessoas com 50 anos ou mais, órfãos e viúvas, nos padrones de 1772.

Figura 15. Registro de pessoas jubiladas, órfãs e viúvas, separadamente, 1772



Fonte: Fragmento do Padrón da redução de Loreto, de 1772, fólio 8v, Archivo General de Indias, Fondo Buenos Aires, 342. Sevilha, Espanha

Martin Casapà de cinquenta e seis anos

casado com Maria Rosa um filho Anacleto
de treze anos

Cristobal Pasqual Casapà de cinquenta

e dois anos, casado com Theodora dois filhos Jph

Pasqual de vinte e dois anos, e Marcelino
de dezoito

Alexo Bise de cinquenta e dois anos casado

com Maria Magdalena, uma filha

Órfãos

Domingo Panà de quinze anos

Miguel Cayuari de seis anos

Ynocencio Cayuari de quinze anos, cego ana
tibitate

Miguel Mandire de cinco anos

Órfãs

Onze fêmeas

Viúva

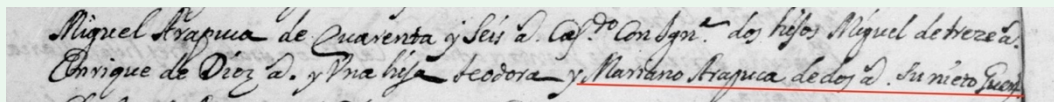
Uma viúva

Que dificuldades existem na forma de alocação de certas pessoas – homens de 50 anos ou mais, órfãos, órfãs e viúvas – entre esses dois períodos?

No primeiro é possível correlacionarmos e estendermos as relações entre as pessoas, por meio desses homens mais velhos. No segundo caso, órfãs e viúvas desaparecem enquanto pessoas dos *padrones*, ao se tornarem informações quantitativas. Por sua vez, os homens e os órfãos são retirados de suas relações. Apesar disso, a análise da sequência completa dos *padrones* poderá minimizar essas dificuldades, pois pessoas com mais de 50 anos podem estar relacionadas nos *padrones* de 1721 e de 1735.

Voltemos agora a uma questão que ficou nas entrelinhas acima e que possui uma importância crucial: os sobrenomes. Se observarmos todos os exemplos acima, somente os homens casados e os órfãos portam os seus sobrenomes, que também são, na maioria dos casos, nomes indígenas. O caso do sobrinho indicado na figura 13 parece corroborar a afirmação anterior. Nenhum dos filhos menores de Miguel Ibaro está listado com o seu sobrenome. Entretanto, este sobrinho sim. Assim como em outros pontos do Padrón de 1715, os órfãos serão listados com os seus sobrenomes, veja a figura 16 abaixo:

Figura 16. Registro de órfão com o sobrenome do avô, 1715



Fonte: Fragmento do Padrón da redução de Loreto, 1715, fólho 193v, Archivo General de Indias, Fundo Charcas, 304, microfilmes SRD_C_24313_0371. Sevilha, Espanha

Miguel Arapuca de Quarenta e Seis a.º Cas.º Com Ign.º dois filhos Miguel de Treze a.º
Enrique de Dez a.º e Uma filha Teodora e Mariano Arapuca de dois a.º seu neto órfão.

Tudo leva a crer que este neto é filho de um falecido filho de Miguel. Nos *padrones*, as mulheres somente aparecerão com os seus sobrenomes se forem cacicas herdeiras de seus cacicados. Do contrário aparecem apenas com os seus primeiros nomes espanhóis. No entanto, no Padrón de 1715, não há nenhuma cacica, função que, no estado atual da pesquisa, aparece somente nos *padrones* de 1772.

Nos *padrones* os sobrenomes figuram em linha paterna. Assim, o pai transfere ao filho e à filha (ainda que não esteja sempre evidente) o seu sobrenome. Entretanto, na geração subsequente, a filha transmitiria o seu sobrenome aos seus filhos? Nada há de conclusivo até este momento.

Os exemplos até aqui mostram que apenas homens casados e órfãos portavam os seus sobrenomes (cf. 13 a 16 acima). O que importa aqui é que estes sobrenomes são os caminhos para se rastrear as relações entre as pessoas. Se for válida a hipótese de que há uma relação de filiação conforme sugerida nas figuras de 8 a 12 acima, com base na ordem dos sobrenomes e das idades, poderemos supor que somente após o matrimônio as pessoas seriam relacionadas nos *padrones* com os seus sobrenomes.

Se uma pessoa relacionada em um *padrón* sem o seu sobrenome aparecer no subsequente, casado, com o sobrenome do pai, e mantendo a estrutura genealógica proposta nas páginas anteriores, um passo notável será dado no estudo da organização social e de parentesco guarani em contexto missioneiro, pois extensas genealogias poderiam ser elaboradas.

Isto nos permite lançar mais uma hipótese: seria a relação entre a transmissão dos sobrenomes um espelho da relação entre consanguinidade e afinidade no parentesco guarani reducional?

Nos contextos atuais, defini a terminologia de parentesco como dravidiana com deriva havaiana em G0:

Em linhas gerais, uma terminologia dravidiana distingue na geração de ego os primos cruzados (afins) e os primos paralelos (consanguíneos). Essa divisão entre afins e consanguíneos é replicada nas gerações imediatamente acima e abaixo daquela de ego, em que parentes do mesmo sexo que os pais de ego são classificados como consanguíneos e os de sexo oposto, como afins. Diferentemente, uma terminologia havaiana não opera com essa distinção entre primos paralelos e cruzados. Uma terminologia dravidiana com deriva havaiana como a dos Guarani mantém uma estrutura dravidiana nas gerações G + 1 e G - 1 e introduz o modelo havaiano em G0 [Mendes Júnior, 2021, p. 270].

Este modelo de havainização em G0 já havia sido percebido, pelo menos desde 1952, com Watson e mais tarde com Pereira [1999], Pissolato [2007], embora ao longo de todo esse tempo tenha recebido muito pouca atenção. A havaianização em G 0 não constitui uma aberração no universo ameríndio como também observaram Fausto [1991], Rivière [1969] e Viveiros de Castro [1993]. Para o caso guarani, em particular, podemos observá-lo desde 1724, no catecismo de Nicolas Yapuguay. Explico-me.

Ao elencar os graus de parentesco e as regras de incesto de uma perspectiva católica, Yapuguay enumera com quem um homem e uma mulher não deveriam se casar. O catecismo é redigido em guarani e ali constam diversos termos de

parentesco. Ainda que o autor não mencione diretamente os primos/ primas de primeiro grau com o mesmo termo guarani para irmão/ irmã – levando em conta a distinção entre mais velho e mais novo – em algumas passagens, a eles se refere como primos-irmãos e primas-irmãs. No catecismo também se encontram termos para a tia paterna, o tio paterno, a tia materna e o tio materno tal como ainda descritos atualmente. Comparemos na tabela 4 as descrições de ambos os períodos:

Tabela 4. Quadro comparativo da terminologia de parentesco em 1724 e 2021

1724				2021			
G + 2				G + 2			
FF ¹⁸	Guamõi	FM	Oyarĩy	F	Tamõi	FM	Ijaryi
MF		MM		F		MM	
				M			
				F			
G + 1				G + 1			
Linear		Colateral		Linear		Colateral	
		Paralelo	Cruzado			Paralelo	Cruzado
F	Gu	FB	Gubĩ	FZ	Oyayche	F	Tuu
M	Ocĩ	MZ	Ocĩy	MB	Otuĩ	M	Ixy/ Há'i
						MZ	Ixy'y
						MB	Tuty
G 0				G 0			
Linear		Colateral		Linear		Colateral	
(h.f.)	eB	Guiquey	eFBS eFZS eMBS eMZS	eB	Tyke'i	eFBS eFZS eMBS eMZS	
	yB	Guĩbĩ	yFBS yFZS yMBS yMZS	yB	Tyvy	yFBS yFZS yMBS yMZS	
	Z	Gueindĩ	FBD FZD MBD MZD ¹⁹	Z	Heindy	FBD FZD MBD MZD	

^{18/} Emprego a notação inglesa nos *kyntypes* desta tabela. Nela, F = pai, M = mãe, B = irmão, Z = irmã (para diferenciar de S, son, de filho), D = filha. Para tios, emprego MB = irmão da Mãe, FB = irmão do pai e assim por diante. Quando as letras "y" e "e" antecedem um dos *kyntypes*, é para marcar a idade relativa em relação a ego. yB, por exemplo, refere-se ao irmão mais novo (*young brother*), eB refere-se ao irmão mais velho (*elder brother*) de ego. As letras G indicam os níveis geracionais, G0 a geração de germanos. G±1 são as gerações de pais e filhos, respectivamente, e seus colaterais. Finalmente, G±2 são as gerações de avós e netos com os seus respectivos colaterais [Viveiros de Castro, 1995, p. 22].

^{19/} No catecismo de Yapuguai (1724, p. 107), não constam os termos de parentesco guarani para esses *kyntypes*. As relações descritas por meio deles são traduzidas pela expressão prima, sabendo que os termos primo e prima só existem na tradução ao espanhol. A seguir, as expressões em português, à direita correspondem literalmente às expressões em guarani à esquerda

Gubĩ rayĩ rehe

Prima. Literalmente: filha do irmão do pai.

Oyaiche membĩ rehe

Prima. Filha da irmã do pai.

Otuĩ rayĩ rehe

Prima. Filha do irmão da mãe.

Ocĩy membĩ rehe

Prima. Filha da irmã da mãe.

(m.f)	eZ	Guique	eFBD eFZD eMBD eMZD			eZ	Tyke	eFBD eFZD eMBD eMZD				
	yZ	Yquipiy	yFBD yFZD yMBD yMZD			yZ	Ikypy'i	yFBD yFZD yMBD yMZD				
	B	Tĩbĩ	FBS FZS MBS MZS ²⁰			B	kyvy	FBS FZS MBS MZS				
G -1						G – 1						
Linear			Colateral			Linear			Colateral			
			Paralelo		Cruzado				Paralelo		Cruzado	
h.f	S	Guaý/ Taĩ	BS	?	ZS	Oiý/ Heĩý	S	Ta'y	BS	Ta'y kyrĩ	ZS	Ti'y
	D	Guayĩ	BD	Oyoayĩ	ZD	Oyetipe	D	Tajy	BD	Tajy kyrĩ	ZD	ljaxype
m.f	S	Omembĩ	ZS	Oñomembý	BS	Openg	S	Ipia	ZS	Imemby kyrĩ	BS	Ipeĩ
	D		ZD		BD		D	Imemby	ZD		BD	
G – 2						G – 2						
SS SD (h.f.) Guamỹmino						SS SD (h.f.) tamỹmino						
DS DD						DS DD						
SS SD (m.f.) Hemĩarĩrõ						SS SD (m.f.) temiarirõ						
DS DD						DS DD						

Percebemos no quadro acima que nas gerações mais distais ($G \pm 2$), bem como em $G+1$, os termos permanecem os mesmos ao longo do tempo. Em $G-1$, os termos correspondentes aos graus de parentesco lineares também são mantidos nos dois períodos, com uma pequena ressalva: uma mulher utilizava o mesmo termo para o filho e a filha, termo que atualmente é utilizado somente para se referir à segunda. Quanto aos colaterais paralelos, mantiveram-se a mesma estrutura. Um homem utiliza termos distintos para se referir ao filho e à filha de seu irmão. A mulher utiliza um único termo para se referir ao filho e à filha de sua irmã. Quanto aos colaterais cruzados, os termos são os mesmos ao longo do tempo para

^{20/} Do mesmo modo que o anterior, as relações descritas por estes *kyntipes* são traduzidas pela expressão primo (1724, p. 113).

Gubĩ raŷ rehe.

Oyaiche membĩ rehe.

Otutĩ raŷ rehe.

Ochĩŷ membĩ rehe

Primo. Filho do irmão do pai.

Primo. Filho da irmã do pai.

Primo. Filho do irmão da mãe.

Primo. Filho da irmã da mãe.

Não obstante, mais à frente, os primos são também descritos como primos-irmãos (1724, p. 119).

Tubĩ raŷ rehe

Yyaiche tee membĩ rehe

Ytucĩ raŷ rehe

Ychĩŷ membĩ raĩhe rehe

Primo-irmão. Filho do irmão do pai.

Primo-irmão. Filho da irmã do pai.

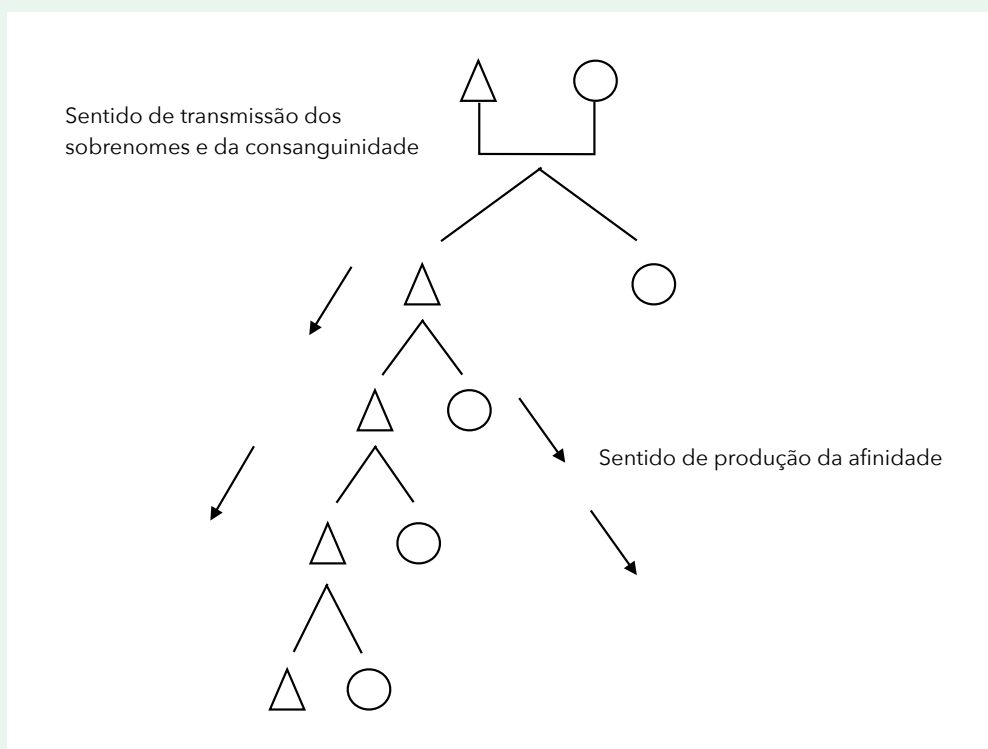
Primo-irmão, Filho do irmão da mãe.

Primo-irmão. Filho da irmã da mãe.

homens e mulheres. Os primeiros utilizam termos distintos para o filho e a filha de sua irmã, enquanto uma mulher utiliza um único termo para se referir a ambos.

Esta discussão sobre parentesco e as transformações da terminologia guarani num período de quase 300 anos introduzem uma questão. Ainda que sem condições de avançar muito neste momento, seria possível utilizarmos a transmissão de sobrenomes no interior das reduções como um indício para se pensar a produção da consanguinidade e da afinidade? Ou seja, ambos os filhos de um homem recebem o seu sobrenome, mas seriam somente os filhos que continuariam a transmiti-lo? E quanto às filhas, o que se passaria na geração seguinte? Ambos os seus filhos receberiam os sobrenomes dos maridos dessas, e são os deles que serão passados adiante? O modelo abaixo é uma síntese desta proposta.

Figura 17. Modelo gráfico para transmissão de sobrenomes, consanguinidade e produção da afinidade



Fonte: Elaboração do autor

O modelo acima sintetiza o sentido de transmissão dos sobrenomes juntamente com as relações de consanguinidade em linha paterna. Do mesmo modo, a afinidade é transmitida por via feminina, num mesmo sentido, porém perpendicular à consanguinidade. O modelo, ainda hipotético, fica como indicação de futuros desdobramentos e pesquisas. Contudo, não para aqui.

Outro aspecto relevante que os *padrones* revelam é a adesão das pessoas à vida reducional. Levando-se em conta o período compreendido entre 1656 e 1801,

podemos mapear a permanência dos cacicados nas reduções [Sarreal, 2014; Takeda, 2016], bem como das famílias e pessoas. Entre os *padrones* de 1715 e 1772 há um intervalo de 57 anos. Percorrendo o Padrón de 1772, encontramos 38 pessoas com 57 anos ou mais. Dessas, 35 constam naquele de 1715. Localizadas nos mesmos cacicados e nas mesmas famílias, 35 pessoas mantiveram-se na vida reducional por mais de 50 anos. Certamente, se encurtarmos os intervalos entre os *padrones* poderemos encontrar um número bem maior de pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, o que podem os *padrones*? Deve-se ressaltar que a Companhia de Jesus foi capaz de um empreendimento que reuniu diversos grupos guarani em seus estabelecimentos. Praticou a conversão em idioma nativo, manteve de certo modo em seu interior a estrutura indígena baseada nos cacicados [Mörner, 1968; Sarreal, 2014] e o prestígio dos caciques, ainda que outras instâncias administrativas tenham sido criadas na vida administrada nas reduções. Mais do que isso, a empreitada jesuítica possibilitou à administração colonial espanhola a produção de um conjunto de documentos sem paralelos em outras região das Américas.

A Companhia de Jesus e a administração espanhola nos permitem revisitar essas fontes documentais e tentar reconstruir, parcialmente, outras realidades sociais, principalmente se procedermos à maneira proposta por Carlo Guynzburg [1989], ou ainda por Wilde [2009] para uma antropologia histórica: analisar os fatos do passado nos termos das pessoas que os vivenciaram.

O que um pesquisador pode extrair de um documento extrapola, em muito, a razão pela qual ele foi criado. Assim, os *padrones*, inicialmente elaborados para se conhecer o número de tributários da Coroa, hoje nos permitem propor um método para reconstruir algumas genealogias. E para que servem tais genealogias? Elas poderão nos dizer algo sobre as formas privilegiadas de matrimônio nas reduções. Sabendo-se que a poligamia era praticada entre os grupos não convertidos no início do período jesuítico, o que nos dirão os *padrones* sobre essas preferências matrimoniais e as suas transformações? Quais os efeitos da ação jesuítica sobre as formas de casamento nas reduções quando os *padrones* nos apresentam as pessoas relacionadas monogamicamente? Imolesi [2012] chamou a atenção para o delito de se casar duas vezes, estabelecido para aqueles que viviam na vida reducional. Não obstante, um escrutínio maior das formas de casamento – se monogâmica ou poligâmica, ou ambas – é algo ainda a ser realizado.

As genealogias também podem nos trazer informações sobre a transmissão dos sobrenomes neste período. Aqui temos outras transformações: um sistema onomástico inicialmente centrado na guerra – no qual se obtinha o nome do inimigo morto [Cabeza de Vaca, 2007; Montoya, 1997; Mendes Júnior, 2022] – sofre uma primeira alteração. Os sobrenomes passaram a ser transmitidos do pai aos filhos e às filhas e novamente desses aos seus filhos e filhas. Os nomes são espanhóis e os sobrenomes, na maioria dos casos, guarani. As filhas, diferentemente dos filhos, parecem não transmitir os seus sobrenomes. Seguindo essa hipótese, seria possível extrair alguma conclusão sobre as preferências matrimoniais? Seriam as mulheres produtoras de afinidade e os

homens transmissores de consanguinidade? A hipótese aqui defendida, ainda que incipiente, é que sim. Mas há ainda um longo caminho a ser percorrido para oferecer um tratamento analítico mais refinado a essa questão.

De modo análogo, à medida que a pesquisa avançar e mais *padrones* puderem ser consultados, será possível desvendar essas questões bem como conhecer o grau de adesão das famílias à vida reducional, bastando mapeá-las nos diversos *padrones*. Assim, sem pretender um estudo clássico sobre parentesco, o primeiro passo dado aqui foi o de demonstrar como os *padrones* podem nos ajudar a melhor estudar esse tema no período colonial. Sem a pretensão de dar uma resposta mais contundente, espero ter demonstrado no percurso proposto a prosperidade de um diálogo entre a antropologia e a história a partir de fontes documentais até o momento pouquíssimo exploradas de um ponto de vista antropológico.

Texto recebido em dezembro de 2022

Referencias

- AUSTIN Shawn Michael, 2020, *Colonial: Guaraní, Spaniards, and Africans in Paraguay*, Albuquerque, University of New Mexico Press.
- CABEZA DE VACA Alvar Nuñez, 2007, *Naufrágios e comentários*, Porto Alegre, L&PM.
- FAUSTO Carlos, 1991, « Os Parakanã: casamento avuncular e dravidiano na Amazônia », Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GARCIA Elisa Frühauf, 2009, *Diversas maneiras de ser índio: Políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América do Sul*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- GINZBURG Carlo, 1989, *Mitos, emblemas, sinais*, São Paulo, Companhia das Letras.
- IMOLESI María Elena, 2012, *Teoría y práctica de la cristianización del matrimonio en Hispanoamérica colonial*, Buenos Aires, Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani.
- MELIÀ Bartolomeu, SAUL Marcos Vinícios & MURARO Valmir, 1987, *O Guaraní: uma bibliografia etnológica*, Santo Ângelo, Fundação Missionária de Ensino Superior.
- MENDES JÚNIOR Rafael, 2022, « Cartographies of guarani translocations: the sixteenth and seventeenth centuries », *Mana*, nº 28, vol. 2
DOI : [10.1590/1678-49442022v28n2a202en](https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n2a202en)
- MENDES JÚNIOR Rafael, 2021, *A terra sem mal: uma saga guarani*, Rio de Janeiro, EdURFJ.
- MENDES JÚNIOR Rafael & PISSOLATO Elizabeth, 2022, « Os deslocamentos guarani : revisitando as fontes documentais com Bartolomeu Melià », *Tellus*, nº 22/48, p. 113-144.
DOI: [10.20435/tellus.v22i48.856](https://doi.org/10.20435/tellus.v22i48.856)
- MONTTOYA Antonio Ruiz de, 1997 [1639], *Conquista espiritual feita pelos padres da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*, Porto Alegre, Martins Livreiro.
- MONTTOYA Antonio Ruiz de, 2011 [1639], *Tesoro de la lengua Guaraní*, Asunción, Cepag.
- MORIN Claude, 1972, « Los libros parroquiales como fuente para la historia demografica y social novohispana », *História Mexicana*, nº 21, vol. 3, p. 389-418.
- MÖRNER Magnus, 1968 [1953], *Atividades Políticas y economicas de los jesuitas en el Rio de la Plata*, Buenos Aires, Paidós.
- NEUMANN Eduardo, 1996, *O trabalho guarani missionário no Rio da Prata colonial 1640-1750*, Porto Alegre, Martins Livreiro.
- PEREIRA Levi Marques, 1999, « Parentesco e organização social Kaiowá », Dissertação de mestrado em antropologia, Campinas, Universidade de Campinas.
- PISSOLATO Elizabeth, 2007, *A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani)*, São Paulo, Unesp.

- RIVIÈRE Peter, 1969, *Marriage among the Trio*, Londres, Oxford University Press.
- ROCA María Victoria, 2019, « Arqueología de las misiones jesuíticas guaraníes en Argentina. Estado de situación », *Folia Histórica del Nordeste*, nº 35, p. 123-144.
DOI: [10.30972/fhn.0353901](https://doi.org/10.30972/fhn.0353901)
- RUIZ Joaquín Zubizarreta & ORANTIN Mickaël, 2021, « 'Poraka'? C'est comme nourrir celui qui a tué notre mère... ' Parenté, pouvoir et partage dans les missions guarani du Paraguay (XVIIIe siècle) à l'aune de l'ethnologie et de la lexicographie diachronique' », *Journal de la Société des américanistes*, nº 107/2, p. 114-139. DOI: [10.4000/jsa.20163](https://doi.org/10.4000/jsa.20163)
- SARREAL Julia, 2014, « Caciques as placeholders in the Guaraní missions of eighteenth century Paraguay », *Colonial Latin American Review*, nº 23, vol. 2, p. 224-251.
DOI: [10.1080/10609164.2014.917547](https://doi.org/10.1080/10609164.2014.917547)
- TAKEDA Kazuhisa, 2012, « Cambio y continuidad del liderazgo indígena em el cacicazgo y em la milicia de las misiones jesuíticas: análisis cualitativo de las listas de indios guaraníes », *Tellus*, nº 12, vol. 23, p. 29-79.
- TAKEDA Kazuhisa, 2016, « Los padrones de indios guaraníes de las misiones jesuíticas (1656-1801): Análisis dinámico y comparativo desde la optica de los cacicazgos », *Surandino Monográfico*, nº 1, p. 66-105.
- VIVEIROS DE CASTRO Eduardo, 1993, « Alguns Aspectos da Afinidade no Dravidiano Amazônico » em Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha (orgs.), *Amazônia: Etnologia e história Indígena*, São Paulo, NHI/ USP-Fapesp, p. 149-210.
- VIVEIROS DE CASTRO Eduardo, 1995, « Pensando o parentesco ameríndio » em Eduardo Viveiros de Castro (org.), *Antropologia do parentesco*, Rio de Janeiro, EDUF RJ, p. 7-24.
- WATSON James, 1952, « Cayuá Culture Change: A Study in Acculturation and Methodology », *American Anthropological Association*, nº 54, vol. 2, p. 3-144.
- WILDE Guillermo, 2009, *Religión y poder en las misiones de guaraníes*, Buenos Aires, Paradigma Indicial.
- WILDE Guillermo & TAKEDA Kazuhisa, 2021, « Tecnologías de la memoria: Mapas y padrones en la configuración del territorio guaraní de las misiones », *Hispanic American Historical Review*, nº 101, vol. 4, p. 597-627. DOI: [10.1215/00182168-9366584](https://doi.org/10.1215/00182168-9366584)